

Economia, finanças e Contabilidade

Cooperativas de crédito do centro-oeste brasileiro: qual a riqueza gerada e distribuída?

Credit cooperatives in the Brazilian central-west: what wealth is generated and distributed?

Jose Aparecido Moura Aranha¹ 

¹Universidade Federal de Mato Grosso do Sul , Campo grande, MS, Brasil

RESUMO

Cooperativas de Crédito são uma realidade no mundo ocidental, apresentando crescimento exponencial nos últimos vinte anos. Essas instituições rompem com a prática tradicional de ter apenas clientes, trata os cooperados de forma diferenciada por meio de relações de proximidade e confiança bem como, busca-se a geração de riquezas e alavancar a economia regional. Este trabalho analisa como as cooperativas de crédito do Centro-Oeste brasileiro geram e distribuem a riqueza. Explorou-a concepção teórica de cooperativa de crédito, aplicou-se as Teorias da Agência e da Divulgação e a construção da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) evidenciando a geração e distribuição da riqueza gerada por meio do método estatístico Análise de Componentes Principais – ACP com utilização do software SPSS®. Concluiu-se que, apesar da não elaboração obrigatória da DVA pelas cooperativas de crédito, essas instituições geram riqueza e, na sua distribuição, a destinada ao pessoal foi a que teve valor mais significativo.

Palavras-chave: Cooperativas de Crédito; Geração de Riqueza; Demonstração do Valor Adicionado

ABSTRACT

Credit cooperatives are a reality in the Western world, showing exponential growth in the last twenty years. These institutions break with the traditional practice of only having clients, treating members differently through relationships of proximity and trust, as well as seeking to generate wealth and boost the regional economy. This work analyzes how credit cooperatives in the Brazilian Center-West generate and distribute wealth. The theoretical conception of credit cooperatives was explored, Agency and Disclosure Theories were applied, and the construction of the Statement of Added Value (DVA) highlighted the generation and distribution of wealth generated through the statistical method of Principal Component Analysis – ACP using SPSS® software. It was concluded that, despite the non-compulsory preparation of the DVA by credit cooperatives, these institutions

generate wealth and, in their distribution, that allocated to staff was the one that had the most significant value.

Keywords: Credit Cooperatives; Wealth Generation; Statement of Added Value

1 INTRODUÇÃO

Inicialmente cabe ressaltar que Cooperativas de crédito no Brasil ainda é um fenômeno relativamente novo, haja vista diferenciar-se dos bancos tradicionais se for observado o foco no cliente, por elas denominados de “parceiros”, ou cooperados. A diferenciação não é somente em relação ao tipo de tratamento, haja vista essa denominação não fazer parte desse modelo de instituições financeiras, mas também em relação aos tipos de investimentos, às riquezas que buscam gerar e a agregação de valores que propõe em seus estatutos e formas de tratamento de cooperados.

Essa estratégia de negócio, mais recente no Brasil, diga-se de passagem, mas antiga no resto do mundo ocidental, permite o estabelecimento de um comportamento, tanto por parte do cooperado, quanto por parte daqueles que tomam crédito nessas instituições, dá uma ideia de pertencimento, de fazer parte de algo maior (Bacen, 2020).

O tratamento diferenciado em relação aos bancos tradicionais está na raiz do sucesso das cooperativas de crédito. Enquanto nos bancos tradicionais a estratégia de marketing é captar o cliente e depois de capturado passa a ser apenas um código, um número, ou um protocolo na administração bancária, a cooperativa tem a estratégia de chamar cada cooperado pelo seu primeiro nome (Bacen, 2020).

Em que pese os aspectos positivos, há que se refletir com cuidado quando se busca abordar a geração de riquezas produzidas por essas cooperativas, uma vez que elas não elaboram e publicam a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), demonstração esta obrigatória para as empresas convencionais conforme

disposto na NBC TG 26 (R5) e na NBC TG 09, conforme dispõe o Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2023).

Pelas publicações do Banco Central (Bacen, 2019) há um aumento considerável no número de atendimento, quando em 2016 eram 4.687 Postos de Atendimento Comercial (PAC) e 888 Postos de Atendimento Especializado (PAE) e, em 2018 os números eram 6.340 e 910 respectivamente, conseqüentemente isso reflete no capital agregado, no volume de aplicações em que a participação do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) em relação ao Sistema Financeiro Nacional (SFN) em 2016 era de 2,50% para 3,80% em 2020, um ativo total de R\$ 174,3 bilhões para 371,8 bilhões no mesmo período (Bacen, 2020), porém, quando se busca compreender como essas cooperativas têm gerado e distribuído riquezas, acaba-se por encontrar vazios e questões em aberto sobre esses dados. Diante dessa situação, a pesquisa procura e demonstrar a geração e distribuição da riqueza empreendida por essas cooperativas ao longo do tempo. Portanto, indaga-se qual a riqueza gerada e a sua distribuição pelas cooperativas de crédito do centro-oeste brasileiro a partir das análises de suas DVA's?

Busca-se, assim, ter uma visão analítica que vai além da simples avaliação positiva de números e de crescimento de agências, de investimentos em negócios e de captação de cooperados. Inicialmente faz-se uma abordagem teórica sobre cooperativas de créditos e sobre a DVA no período de recorte temporal de 2017 a 2019, em seguida apresenta-se os procedimentos metodológicos para em seguida apresentar os resultados e discussões e considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O Cooperativismo de Crédito é um setor de atividade financeira que mais vem crescendo no mundo. De acordo com Schneider (2006), em pesquisa realizada em 2005-2006, nos países desenvolvidos, principalmente na Europa e nos Estados

Unidos, grande parte dos negócios são financiados por cooperativas de crédito, representando, em casos como a Alemanha a participação de 38% do financiamento total de cooperados daquele país.

Na opinião de Schneider (2006) conforme pesquisa realizada entre 2005 e 2006, em países como a França, as cooperativas movimentam-se de forma integrada fortalecendo-se para competirem com os bancos tradicionais. Afirma também que, naquele país, três cooperativas já respondem por cerca de 65% do mercado de crédito formal: Caisse D'Erpagne (22%), Credit Mutuel (20%) e Credit Agricole (23%). E, conclui ainda, que tal participação não significa o fim dos bancos tradicionais como conhecemos. Ao contrário, isso pode parecer uma excelente oportunidade para a ampliação da concorrência e o barateamento de crédito para o setor produtivo e um ganho de produtividade para toda a sociedade.

Esse quadro mundial sobre as cooperativas de crédito não encontram o mesmo eco na sociedade brasileira. Para Schneider (2006), apesar da similaridade com uma instituição bancária tradicional, o posicionamento das cooperativas brasileiras é tímido. Ainda para Schneider (2006) falta a elas maneiras de atuar de forma sistêmica para mostrar suas diferenças e vantagens à sociedade, acrescenta ainda, a afirmação de que um diferencial para tais instituições é o desenvolvimento local que podem proporcionar, pois os valores nela aplicados seriam reinvestidos na própria região, fomentando a geração de empregos e o desenvolvimento econômico das suas regiões.

Conforme Bastos (2016) isso é totalmente diferente, já que sua ação tende a fortalecer a cooperativa na qual está agregada. Em outras palavras, quando o cidadão se integra a uma cooperativa, acaba por fazer parte de sua estrutura social, não como um cliente, mas como parte dela, ou, em palavras mais simples, passa a ter propriedade sobre uma parcela dessa cooperativa, cabendo então zelo para que ela prospere (Bastos, 2016).

Por ser uma estrutura diferenciada do banco tradicional, a cooperativa causa um impacto muito forte na percepção do cooperado. Basicamente, há a necessidade

de fazer um estudo epistemológico sobre essa relação, haja vista haver uma grande diferença entre o banco, como ainda o concebemos, e as cooperativas e como elas se apresentam (Antunes *et al.*, 2012). Pode-se afirmar que os pontos divergentes entre bancos e cooperativas de crédito é que elas têm mais capilaridade pois atingem regiões mais remotas do País enquanto bancos tendem a se concentrar em grandes centros. As cooperativas praticam taxas de juros menores e mais justas bem como o cliente (cooperado) é também dono do negócio, tem direito ao voto e a uma participação nos lucros das operações. Com relação aos pontos convergentes ambas as instituições oferecem os mesmos produtos e serviços bancários.

Em tese, de acordo com Costa e Melo (2017) a dinâmica da cooperativa, sua natureza, sua essência está em fazer com que as pessoas se sintam parte dela. Ou seja, diferentemente de um banco tradicional, o cliente na cooperativa é um de seus proprietários, e não apenas um número de contrato.

Neste contexto, Zimnoch e Mazur (2018) debatem o mesmo tema, tendo como espaço de pesquisa a Polônia. Diferentemente do Brasil, a Polônia saiu de um sistema centralizado de economia, sem liberdades individuais, para uma integração muito rápida ao espaço da União Europeia, cujo ingresso se deu em 01 de maio de 2004, contudo, o estudo dos autores apresenta uma característica muito comum com o Brasil, quando o assunto é cooperativa, ou seja, o pouco conhecimento do cidadão a respeito delas, e os entraves estatais para a sua ação em âmbito regional e nacional.

Analisando a importância das cooperativas, os autores pontuam que elas tiveram um papel fundamental na superação da crise econômica de 2008 – o estouro da bolha imobiliária nos Estados Unidos que afetou todo o mundo ocidental – bem como na dinâmica econômica, centrada, principalmente no apoio com crédito a pequenas empresas, ou mesmo microempresas que estão na base da cadeia econômica de uma nação.

No entanto, assinalam ainda que, apesar desse valor positivo das cooperativas, em países como a Polônia, onde a visão estatal ainda é forte, o dirigismo ainda está

presente, portanto, cooperativas de crédito tendem ser vistas com desconfiança, ou mesmo receio. Essa visão, segundo os autores, está mais na falta de informação, de educação sobre o cooperativismo, do que na inconsistência delas. O relato dos autores sobre a situação das cooperativas na Polônia, apesar da contramão em relação à Europa Ocidental, vem mudando com a abertura do país dentro da União Europeia.

Essa visão renitente, parte do princípio de que, instituições financeiras não são seguras, ou são utilizadas apenas como um caminho, ou uma estratégia de negócio que beneficia apenas os seus controladores, mas não os seus acionistas, ou mesmo seus correntistas. Essa desconfiança é obstinada e de difícil superação. Mesmo porque o país ainda não encontrou um caminho de crescimento sustentável duradouro, ou mesmo uma relação de equilíbrio entre dívida pública, crescimento econômico e produtividade (Costa; Melo, 2017).

Como a cooperativa rompe com essa prática tradicional de grandes bancos – hoje há correntes de pensamento que chama essa prática de rentismo, isto é, rompe com a visão que a sociedade tem sobre o mercado financeiro, com grandes bancos com poucos controladores, ou mesmo, com o controle de uma única pessoa, ou uma única família, para uma organização cuja propriedade é de controle do cooperado, descentralizada e com autonomia, a mudança tende a vir acompanhada de desconfianças, de falta de informação e de conhecimento de maneira natural (Londero, 2015).

A compreensão da atuação das cooperativas de crédito, de acordo com Costa e Melo (2017), é o centro desta pesquisa e do debate que se quer evidenciar. Tomando como base a Teoria da Agência e da Divulgação aplicadas busca-se verificar a geração e a distribuição das riquezas geradas. Saber como aproveitar essa oportunidade econômica é um fator bom para o Brasil.

2.1 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A DVA é um instrumento da Contabilidade que busca, através de metodologias específicas, bem como o trato de informações concretas mensurar o quanto uma

atividade gerou de riqueza para os agentes envolvidos no processo comercial, e para a sociedade na qual essa atividade está inserida. Para Cunha, Ribeiro e Santos (2005), a DVA é demonstração contábil formadora de Balanço Social que é entendida como o papel da empresa dentro da sociedade e o retorno que essa atividade proporciona, não como um valor financeiro, mas como um valor social, cultural e de responsabilidade que lhe dão crédito e confiança dessa mesma sociedade.

A teoria sobre a DVA não se relaciona aos aspectos puramente material, ou somente da riqueza que uma atividade possa gerar. Pontuam Melo *et al.* (2017) que riqueza está para além do sentido tradicional que é a acumulação de capitais, bens, ou mesmo poder “de fato” sobre uma atividade. Melo *et al.* (2017) caracterizam que, na análise da DVA a riqueza é medida pelo grau de satisfação, bem-estar e evolução social dos envolvidos em um negócio, bem como pela sociedade na qual o negócio se desenvolve. Sem embargo, isso não significa que os valores auferidos não entrem nessa contagem.

A DVA, de acordo com Santos (2007) relaciona-se ao caráter social e econômico de uma empresa e a sua capacidade de gerar riquezas que possam ser distribuídas socialmente. Mas, note-se que Santos (2007) ao falar sobre distribuição de riqueza não diz socialização da riqueza, pois isso vai diametralmente em oposição ao sentido e à natureza de geração da riqueza. Distribuir riqueza é construir um ambiente social em que haja empregos, aumento da renda, valorização da hora trabalho, reconhecimento de bonificação pelo trabalho realizado, além da bonificação para os agentes e principais dentro de uma cooperativa que envidaram esforços para a produção dessa riqueza.

Fazendo uma crítica sobre o Balanço Social das empresas, Santos (2007) aponta que a DVA é um dos instrumentos, ou talvez, o instrumento mais eficaz de análise de geração de riqueza que uma empresa pode divulgar.

Transpondo essa ação para as Cooperativas de Crédito, tais entidades deveriam, em tese demonstrar como geram riquezas e as distribuem no meio social. O empecilho nessa atividade está no fato de que, no Brasil as Cooperativas no geral não possuem uma

obrigação legal de divulgar as suas DVAs, ou seja, não há como fazer uma mensuração direta nessas instituições, desse aspecto contábil. Ainda assim, isso não significa que não se possa fazer uma mensuração a partir de outros aspectos relacionados à movimentação das cooperativas. Apenas que essa outra mensuração acaba por ficar desfocada, ainda que se utilize metodologias pontuais para assim o fazer.

Nesse sentido, Londero (2015) propôs um modelo de DVA voltado às entidades cooperativas objetivando a evidenciação dos impactos econômicos e sociais na região onde estavam inseridas. Souza *et al.* (2021), sobre as determinantes de geração de riquezas promovidas pelas cooperativas agropecuárias no Mato Grosso do Sul ressaltaram a necessidade de constantes pesquisas utilizando-se do instrumento da DVA em cooperativas e assim estabelecer uma prática linear em sua elaboração, apresentação e análise, proporcionando maior confiança e maior comparação nas demonstrações.

O modelo proposto por Londero (2015) está representado no quadro 1 e que não difere muito do utilizado por outros tipos de organizações.

A peça contábil elegida por Silva (2015) para a verificação dos reflexos do cooperativismo de crédito no desenvolvimento local, utilizando-se de um estudo de caso de uma cooperativa de crédito, também foi a DVA. Verificando-se para tal, a forma como foi distribuída a riqueza gerada pela entidade escolhida.

Observe-se no quadro abaixo que a DVA demonstra como o faturamento da empresa se reverteu na produção e distribuição de riquezas. Silva (2015) e Souza *et al.* (2021) apontam que, na perspectiva contábil a distribuição de riquezas se dá quando uma empresa – no caso a cooperativa – ao contratar serviços, pagar impostos, insumos, encargos e mão de obra, está distribuído a riqueza gerada para ela, para outras empresas e pessoas. A síntese é que a DVA demonstra como uma atividade impacta as demais pela contratação de mão de obra, serviços e materiais, utilizando o faturamento aferido em um período para pagar esses encargos, o que, em tese, é uma distribuição de riqueza pela produção de mais riqueza.

Quadro 1 – DVA – Modelo para Cooperativas

DVA MODELO - COOPERATIVAS	ANO 2013 – R\$
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	184.960.672,23
8.1) Pessoal	57.343.019,64
8.1.1 - Remuneração Direta	47.956.443,88
8.1.2 - Remuneração da Diretoria	132.900,00
8.1.3 - Benefícios	6.088.815,75
8.1.4 - F.G.T.S.	3.107.612,01
8.1.5 - Assistência educacional, capacitação e treinamentos	57.248,00
8.2) Impostos, taxas, contribuições, multas e infrações	57.003.509,35
8.2.1 - Federais	26.963.477,88
8.2.2 - Estaduais	29.689.660,71
8.2.3 - Municipais	200.908,31
8.2.4 - Multas e infrações	149.462,45
8.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	8.923.382,67
8.3.1 - Juros	583.637,01
8.3.2 - Aluguéis	8.339.745,66
8.3.3 - Outras	-
8.4) Contribuições socioambientais	1.840.979,98
8.4.1 - Contribuições para projetos sociais - comunidade	514.412,26
8.4.2 - Contribuições para projetos sociais - comunidade	1.326.567,72
8.4.3 - Contribuições para projetos ambientais	-
8.5) Distribuições e retenções das sobras	59.849.780,59
8.5.1 - Assistência técnica aos cooperados	1.862.316,78
8.5.2 - Assistência educacional aos cooperados	310.025,59
8.5.3 - Juros sobre o capital social	-
8.5.4 - Sobras distribuídas/Rateio das perdas	-
8.5.5 - Constituição do Rates	16.126.847,07
8.5.6 - Constituição de outras reservas	13.863.460,75
8.5.7 - Sobras a disposição da assembleia geral	27.687.130,40

Fonte: Londero (2015)

3 METODOLOGIA

Contextualmente, usou-se a abordagem quantitativa nesta pesquisa. Richardson (1999), afirma que tal abordagem é frequentemente aplicada em análises descritivas,

as quais buscam descobrir e classificar a relação entre variáveis. Através do método quantitativo quantificou-se as informações possibilitando a precisão dos resultados, minimizando distorções de análise e de interpretação.

Quantitativamente foram examinados os fatores determinantes na geração de riqueza e a relação entre o valor adicionado produzido pelas cooperativas de crédito do centro-oeste brasileiro mediante a técnica estatística multivariada. Mingoti (2007) estabelece que a análise de dados de estatística multivariada permite que haja uma parametrização por analogia, ou mesmo por comparação entre diversas variáveis.

Para tanto utilizou-se da Análise de Componentes Principais (ACP ou PCA) a partir de uma matriz de correlação entre elas. Para os testes estatísticos utilizou-se do *software* estatístico *Statistical Package for the Social Science - IBM SPSS® - Versão 20*. Para Mingoti (2007) tal análise tem o objetivo primordial de explicar a variância e covariância de um dado, denominado vetor aleatório, que é composto de p-variáveis aleatórias, possibilitando a construção de combinações lineares das variáveis originais.

Para a análise de correlação utilizou-se o teste estatístico Coeficiente de Correlação de Pearson (r). Martins e Domingues (2017) destacam que o coeficiente indica se a relação linear entre duas variáveis é forte ou fraca, conforme a medida de associação entre elas na escala de -1 e +1, quanto mais próximo dos extremos, maiores serão as correlações positivas ou negativas entre as variáveis.

Obtidos os índices, estes foram trabalhados dentro de uma matriz de correlação, classificando as cooperativas de crédito proporcionalmente, de acordo com sua maior geração de valor adicionado, maior geração de riqueza.

Após a tabulação dos dados, utilizou-se a análise fatorial exploratória de componentes principais, bem como testes de dimensionalidade (Índice KMO e Esfericidade de Bartlett).

Das 96 cooperativas do Centro Oeste Brasileiro, selecionadas com base nos relatórios do Banco Central do Brasil – BACEN entre os anos de 2017 e 2019, apenas 18 divulgaram suas demonstrações contábeis que subsidiaram a elaboração das DVAs, objeto de análise desta pesquisa, conforme tabela 1:

Tabela 1 – Cooperativas de crédito que compõem a amostra

COOPERATIVAS	UF	CÓDIGO	COOPERATIVAS	UF	CÓDIGO
CREDICOAMO	MS	COOP01	UNICRED MT	MT	COOP10
UNIPRIME	MS	COOP02	SICOOB PRIMAVERA MT	MT	COOP11
SICREDI CELEIRO CO	MS	COOP03	SICREDI OURO VERDE MT	MT	COOP12
SICREDI CENTRO SUL MS	MS	COOP04	SICOOB CREDI COMIGO	GO	COOP13
SICREDI PANTANAL MS	MS	COOP05	SICREDI PLANALTO CENTRAL	GO	COOP14
SICREDI CAMPO GRANDE MS	MS	COOP06	SICOOB GOIANIA	GO	COOP15
SICREDI ARAXINGU	MT	COOP07	SICOOB GOIAS CENTRAL	GO	COOP16
SICREDI VALE DO CERRADO	MT	COOP08	SICREDI CERRADO-GO	GO	COOP17
SICREDI CELEIRO MT	MT	COOP09	COOPERFORTE	DF	COOP18

Fonte: Elaborada pelos Autores, 2020

Os dados foram coletados das DVAs elaboradas pelos autores e organizados em planilhas eletrônicas a fim de permitirem análises através de métodos estatísticos que possibilitem a explicação das variáveis encontradas.

As demonstrações contábeis das cooperativas, mais precisamente balanços patrimoniais e demonstrações de resultados é que deram suporte para elaboração das DVA's pelos autores.

A métrica de divulgação está embasada em um escore, ou ranking de classificação das cooperativas que mais geraram riquezas levando em consideração o período de recorte temporal dos anos de 2017 a 2019. A opção pelo ranking de classificação foi feita, haja vista, permitir uma visão ampla e fácil de interpretação até mesmo para o público leigo, ou seja, há uma intencionalidade em se tornar a informação acessível para o leitor.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base nas demonstrações contábeis coletadas foram elaboradas as DVAs para o período de 2017 a 2019 e, os valores apurados referentes ao Valor Adicionado Gerado por cada uma delas constam da tabela 2 a seguir:

Tabela 2 – Valor Adicionado Gerado pela amostra em milhares de R\$

COOPERATIVA	Distribuição do Valor Adicionado			COOPERATIVA	Distribuição do Valor Adicionado		
	2019	2018	2017		2019	2018	2017
COOP01	125.634	124.968	104.912	COOP10	53.996	56.798	62.215
COOP02	19.855	15.576	21.705	COOP11	12.806	11.019	8.107
COOP03	71.248	61.412	50.423	COOP12	192.489	158.972	147.534
COOP04	170.188	151.014	125.194	COOP13	2.535	2.498	2.406
COOP05	50.071	41.870	29.519	COOP14	50.818	40.566	36.103
COOP06	68.785	50.725	35.045	COOP15	11.846	12.206	7.499
COOP07	110.963	83.815	71.057	COOP16	14.050	22.426	21.341
COOP08	59.552	52.308	37.718	COOP17	39.705	27.631	20.130
COOP09	115.935	103.138	95.961	COOP18	145.819	145.664	137.780

Fonte: Elaborada pelos Autores, 2020

Evidenciado o resultado positivo na geração de valor adicionado, passa-se a analisar a respectiva distribuição desses valores. Os elementos de distribuição são divididos em 4 grupos: Pessoal, Impostos, Remuneração do Capital Próprio e Lucros Retidos. Tendo em vista o interesse pela equanimidade de comparação entre as cooperativas, foram construídos números índices de participação de cada um desses componentes em relação ao total distribuído. Os dados coletados estão demonstrados na tabela 3 a seguir:

Tabela 3 – Valor Adicionado gerado no período de 2017 a 2019

	Distribuição de valores						Cooperativa						
	2019		2018		2017								
	L. Retidos	Rem. Capital	impostos pessoal	L. Retidos	Rem. Capital	impostos pessoal		L. Retidos	Rem. Capital	impostos pessoal			
	0,4118	0,3721	0,0231	0,193	0,4104	0,3793	0,0226	0,1878	0,4110	0,3832	0,0229	0,183	COOP01
	0	0,3035	0,0117	0,6847	0	0,2645	0,0132	0,7223	0	0,5358	0,0074	0,45	COOP02
	0,2227	0,2645	0,0286	0,4841	0,2565	0,2747	0,0149	0,454	0,258	0,301	0,007	0,434	COOP03
	0,2779	0,3463	0,0221	0,3535	0,2817	0,3506	0,0111	0,3566	0,2805	0,3231	0,0087	0,3878	COOP04
	0,5051	0,1906	0,0199	0,2844	0,4963	0,2002	0,0093	0,2943	0,4162	0,1974	0,0108	0,3756	COOP05
	0,2602	0,2392	0,0204	0,4801	0,2509	0,2624	0,0028	0,4839	0,1941	0,2798	0,0038	0,5223	COOP06
	0,3933	0,2712	0,0141	0,3214	0,3596	0,2471	0,0095	0,3838	0,333	0,2564	0,0082	0,4024	COOP07
	0,2597	0,3562	0,0166	0,3675	0,2706	0,3734	0,0103	0,3457	0,2423	0,3513	0,0121	0,3958	COOP08
	0,2912	0,3386	0,0347	0,3355	0,2934	0,3573	0,0177	0,3315	0,3207	0,3403	0,0121	0,3269	COOP09
	0	0,4947	0,0065	0,4988	0	0,5543	0,0054	0,4403	0	0,5872	0,014	0,3988	COOP10
	0,1491	0,2099	0,0645	0,5765	0,1145	0,1754	0,076	0,6341	0,1797	0,1296	0,0854	0,6053	COOP11
	0,2804	0,3637	0,0252	0,3307	0,3014	0,3256	0,0142	0,3588	0,3298	0,3083	0,0164	0,3455	COOP12
	0	0,4583	0,0105	0,5312	0	0,6151	0,0085	0,3763	0	0,6778	0,0067	0,3155	COOP13
	0,2887	0,1794	0,021	0,5109	0,235	0,202	0,0173	0,5457	0,2849	0,2215	0,0087	0,4849	COOP14
	0	0,1617	0,0264	0,8119	0	0,3373	0,0349	0,6278	0	0,3003	0,0137	0,686	COOP15
	0	0,3753	0,0102	0,6145	0	0,656	0,0061	0,3379	0,1665	0,4871	0,0052	0,3413	COOP16
	0,3113	0,1492	0,0144	0,5251	0,2295	0,142	0,0114	0,6171	0,259	0,1472	0,0128	0,5809	COOP17
	0,0891	0,5684	0,0056	0,3348	0,0874	0,5855	0,0023	0,3236	0,0878	0,5791	0,0035	0,3293	COOP18

Fonte: Elaborada pelos Autores, 2020

Para o Ano de 2017 observa-se que a cooperativa de crédito que mais distribuiu para o fator Pessoal foi a COOP15, para o fator Impostos a maior distribuição foi feita pela COOP11, já o fator Remuneração de Capitais Próprios atingiu maior índice na COOP13, enquanto a maior distribuição para os Retidos deu-se pela COOP05.

Quando analisado o ano de 2018 observa-se que a cooperativa de crédito que mais distribuiu para o fator Pessoal foi a COOP02, para o fator Impostos a maior distribuição foi feita pela COOP11, já o fator Remuneração de Capitais Próprios atingiu maior índice na COOP16, enquanto a maior distribuição para os Retidos deu-se pela COOP05.

No Ano de 2019 a cooperativa de crédito que mais distribuiu para o fator Pessoal foi a COOP15, para o fator Impostos a maior distribuição foi feita pela COOP11, já o fator Remuneração de Capitais Próprios atingiu maior índice na COOP18, enquanto a maior distribuição para os Retidos deu-se pela COOP01.

Note-se que não há uma constância nos índices de distribuição de um ano para outro, a distribuição provavelmente depende também das políticas estabelecidas por cada cooperativa de crédito.

O primeiro output que o SPSS fornece ao realizar a ACP é a matriz de correlações entre os quatro componentes alocados no modelo, por meio da qual pode-se visualizar sequencialmente nas tabelas 4, 5 e 6:

Tabela 4 – Ano 2017 - Correlation Matrix^a

		Pessoal	Impostos	Rem. Própria	Lucros Retidos
Correlation	Pessoal	1,000	0,321	-0,505	-0,335
	Impostos	0,321	1,000	-0,399	0,042
	Remuneração Própria	-0,505	-0,399	1,000	-0,638
	Retidos	-0,335	0,042	-0,638	1,000

a. Determinant = 6,772E-5

Fonte: Elaborada pelos Autores, 2020

Em 2017, os componentes Impostos e Retidos apresentam baixíssimos

coeficientes de correlação de Pearson entre si. Os valores negativos indicam que entre as variáveis há relação inversa, acaso uma variável seja aumentada haverá redução de valor em outra variável.

Tabela 5 – Ano 2018 - Correlation Matrix^a

	Pessoal	Impostos	Rem. Própria	Lucros Retidos	
Correlation	Pessoal	1,000	0,411	-0,460	-0,499
	Impostos	0,411	1,000	-0,384	-0,100
	Remuneração Própria	-0,460	-0,384	1,000	-0,535
	Retidos	-0,499	-0,100	-0,535	1,000

a. Determinant = 1,710E-6

Fonte: Elaborada pelos Autores, 2020

Os resultados positivos apresentam relação direta entre as variáveis, acaso uma seja aumentada a outra também o será. Verifica-se novamente em 2018 a baixa correlação entre Impostos e Retidos.

Tabela 6 – Ano 2019 - Correlation Matrix^a

	Pessoal	Impostos	Rem. Própria	Lucros Retidos	
Correlation	Pessoal	1,000	,062	-0,314	-0,748
	Impostos	0,062	1,000	-0,456	0,192
	Remuneração Própria	-0,314	-0,456	1,000	-0,392
	Retidos	-0,748	0,192	-0,392	1,000

a. Determinant = 4,694E-6

Fonte: Elaborada pelos Autores, 2020

Da mesma forma, Impostos e Pessoal em 2019, também resultaram em baixos coeficientes de correlação de Pearson entre si. Conforme os destaques nas tabelas anteriores, existem algumas correlações relativamente consideráveis entre si (0,411 tabela 5 e 0,062 na tabela 6), o que indica que poderão compartilhar significativa variância para a formação de um fator.

Embora essa análise preliminar seja importante, não representa mais que um

pré-diagnóstico, visto que a adequação global de análise fatorial precisa ser elaborada conforme teste *Kaiser-Meyer-Olkin (KMO)*, e pelo teste de esfericidade de *Bartlett*, pois este agrega um teste de hipóteses, dado um nível de significância de 5%.

O teste *Kaiser-Meyer-Olkin (KMO)* designa a proporção da variância referente os dados da amostra comum a todas as variáveis, isto significa, a proporção da variância comum a um fator. Fávero e Belfiore (2015, p. 110) alertam que “deve ser sempre preferido o teste de esfericidade de Bartlett à estatística KMO para efeitos de decisão sobre a adequação global da análise fatorial”, considerando a existência de um teste de significância (para 6 graus de liberdade).

A tabela 7 apresenta os resultados dos testes *KMO* para os anos de 2017 a 2019.

Tabela 7 – Ano 2017 - KMO and Bartlett's Test

		2017	2018	2019
Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.		0,148	0,152	0,150
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square	196,968	196,968	181,994
	Df. Sig.	6,000	6,000	6,000

Fonte: Elaborada pelos Autores, 2020

Observa-se o *KMO* foi de 0,148, 0,152 e 0,150 para o período analisado, demonstrando uma correlação baixa entre as variáveis. Há que se verificar ainda, o teste de esfericidade de Barlett, o qual é definido estatisticamente para analisar a hipótese de que as variáveis não sejam correlacionadas na população, verificando ainda, a ausência de associação linear, ou seja, a falta de correlação das variáveis. Nota-se o resultado do *Sig* baixo, entretanto num nível de significância de 0,05, indicando que existe correlação entre algumas variáveis.

A partir dos outputs anteriores, que indicam as estatísticas *KMO* e Bartletts das ACPs, nota-se que seria inaceitável a adequação global da análise fatorial, considerando os valores de *KMO* menores que 0,50. Porém, a análise conjunta atende os requisitos para aplicação da Análise Fatorial. Optou-se por manter os quatro componentes em questão na ACP porque em todos os anos permitiu-se rejeitar, ao nível de significância

de 5%, que as matrizes de correlações são estatisticamente iguais a matriz identidade de mesma dimensão. Dessa forma, a análise de componentes principais é apropriada, conforme os resultados a tabela 8 a seguir.

Tabela 8 – ano 2017 - Total Variance Explained

Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	1,906	47,644	47,644	1,906	47,644	47,644
2	1,402	35,040	82,684	1,402	35,040	82,684
3	0,693	17,315	99,999			
4	3,660E-5	0,001	100,000			

Extraction Method: Principal Component Analysis

Fonte: Elaborada pelos Autores, 2020

A Matriz de Variância Total Explicada (*Total Variance Explained*) expõe a porcentagem total da variância explicada pelos fatores obtidos. Infere Hair *et al* (2006) que a variância acumulada pelos fatores deve atingir no mínimo 60%, determinando assim, a quantidade de fatores que serão extraídos. Mediante os dados deste estudo, a variância explicada atinge 82,68% ao se extrair 2 fatores. A tabela 8, Ano 2017, detalha que CP1 e CP2 explicam aproximadamente 83% da variabilidade total.

Tabela 9 – Ano 2018 - Total Variance Explained

Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	1,841	46,033	46,033	1,841	46,033	46,033
2	1,541	38,527	84,560	1,541	38,527	84,560
3	0,618	15,440	100,000			
4	9,760E-7	2,440E-5	100,000			

Extraction Method: Principal Component Analysis

Fonte: Elaborada pelos Autores, 2020

Em 2018, apresenta-se a tabela 9 onde CP1 e CP2 explicam aproximadamente 85% da variância total, conjuntamente, esses dois fatores conseguem explicar 84,56% da variância das variáveis originais.

Tabela 10 – Ano 2019 - Total Variance Explained

Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	1,803	45,070	45,070	1,803	45,070	45,070
2	1,576	39,411	84,481	1,576	39,411	84,481
3	,621	15,519	100,000			
4	2,661E-6	6,651E-5	100,000			

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Fonte: Elaborada pelos Autores, 2020

Os dois primeiros componentes (Pessoal e Impostos) foram responsáveis por 84,48% da variação total em 2019, mediante observação da tabela 10.

Com relação às cargas fatoriais, que correspondem aos coeficientes de correlação de Pearson entre as variáveis originais e cada um dos fatores, chegou-se aos resultados a seguir com base nos outputs do SPSS. Em destaque, cada um dos quatro componentes está a maior carga fatorial.

A matriz de componentes demonstra quais variáveis pertencem a cada fator, contudo, trata-se das variáveis antes de serem rotacionadas. Admite-se a verificação de qual fator explica melhor as variáveis originais. A tabela 11 apresenta a matriz de componentes não rotacionada com os componentes 1 e 2, para os períodos de 2017 a 2019 e apresenta as cargas fatoriais para cada variável em cada um dos fatores extraídos.

Tabela 11 – Component Matrix

Variáveis	Component 2017		Component 2018		Component 2019	
	1	2	1	2	1	2
Pessoal	,582	,719	,847	,382	-,694	,703
Impostos	,649	,291	,761	,019	,432	,653
Rem. Própria	-,953	,192	-,727	,642	-,446	-,795
Lucros Retidos	,486	-,873	-,130	-,991	,967	-,154

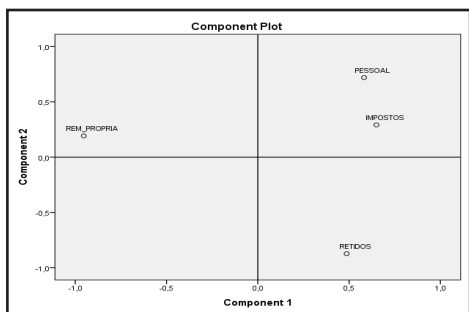
Extraction Method: Principal Component Analysis.

a. 2 components extracted.

Fonte: Elaborada pelos Autores, 2020

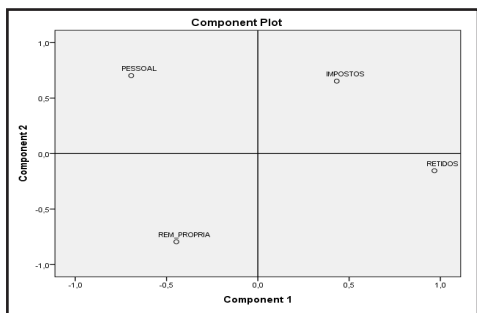
O loading plot apresenta a posição relativa de cada variável em cada fator, com base nas respectivas cargas fatoriais, em que o eixo das abcissas representa o CP 1, e o das ordenadas, o CP 2, como se observa nas figuras 1, 2 e 3:

Figura 1 – Ano 2017 Carga Fatorial dos Componentes da ACP



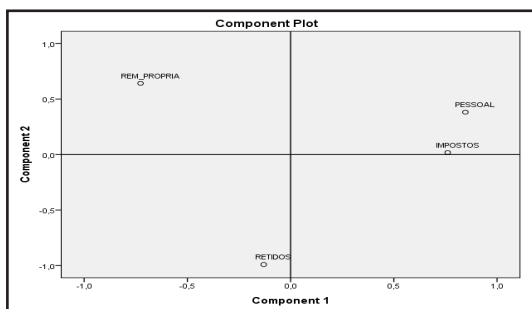
Fonte: Elaborada pelos Autores, 2020

Figura 2 – Ano 2018 Carga Fatorial dos Componentes da ACP



Fonte: Elaborada pelos Autores, 2020

Figura 3 - Ano 2019 Carga Fatorial dos Componentes da ACP



Fonte: Elaborada pelos Autores, 2020

Através das cargas fatoriais pode-se identificar as variáveis que têm maior efeito

em cada componente, sendo que tais cargas podem variar de -1 a 1. Quanto mais próximas de -1 e de 1 as cargas fatoriais mais fortemente influenciarão o componente, enquanto aquelas com uma fraca influência são aquelas que se aproximam a 0.

Os anos que possibilitaram a geração de novas variáveis, que validam esta pesquisa, foram 2018 e 2019, enquanto 2017 não apresentou resultados possíveis para a rotação. Abaixo as tabelas 12 e 13 apresentam as variáveis geradas:

Tabela 12 – Variáveis Rotacionadas Ano 2018

COOPERATIVA	Índices Ano 2018					
	Pessoal	Impostos	Rem. Capital Próprio	Lucros Retidos	FAC11	FAC21
COOP01	0,1878	0,0226	0,3793	0,4104	-,94251	1,10669
COOP02	0,7223	0,0132	0,2645	0,0000	1,28912	-,93751
COOP03	0,4540	0,0149	0,2747	0,2565	,15096	,42555
COOP04	0,3566	0,0111	0,3506	0,2817	-,46388	,42299
COOP05	0,2943	0,0093	0,2002	0,4963	-,59462	1,81132
COOP06	0,4839	0,0028	0,2624	0,2509	-,01101	,37218
COOP07	0,3838	0,0095	0,2471	0,3596	-,25775	1,00346
COOP08	0,3457	0,0103	0,3734	0,2706	-,55996	,32343
COOP09	0,3315	0,0177	0,3573	0,2934	-,41367	,49862
COOP10	0,4403	0,0054	0,5543	0,0000	-,49675	-1,43890
COOP11	0,6341	0,076	0,1754	0,1145	2,61163	,04751
COOP12	0,3588	0,0142	0,3256	0,3014	-,34451	,58050
COOP13	0,3763	0,0085	0,6151	0,0000	-,77201	-1,52689
COOP14	0,5457	0,0173	0,2020	0,2350	,70161	,43791
COOP15	0,6278	0,0349	0,3373	0,0000	1,33880	-,97821
COOP16	0,3379	0,0061	0,6560	0,0000	-1,05108	-1,60247
COOP17	0,6171	0,0114	0,1420	0,2295	,93704	,48519
COOP18	0,3236	0,0023	0,5855	0,0874	-1,12140	-1,03135

Fonte: Elaborada pelos Autores, 2020

As novas variáveis FAC1₁ e FAC2₁ são valores dos dois fatores rotacionados para cada uma das observações do banco de dados, e são ortogonais entre si, ou seja, apresentam coeficiente de correlação de Pearson igual a 0.

Tabela 13 – Variáveis Rotacionadas Ano 2019

COOPERATIVA	Índices Ano 2019					
	Pessoal	Impostos	Rem. Capital	Próprio	Lucros Retidos	FAC11
COOP01	0,1930	0,0231	0,3721	0,4118	1,61465	-,28955
COOP02	0,6847	0,0117	0,3035	0,0000	-1,47581	-,23941
COOP03	0,4841	0,0286	0,2645	0,2227	-,06333	,55869
COOP04	0,3535	0,0221	0,3463	0,2779	,60621	-,15934
COOP05	0,2844	0,0199	0,1906	0,5051	1,52679	,67998
COOP06	0,4801	0,0204	0,2392	0,2602	,06288	,42500
COOP07	0,3214	0,0141	0,2712	0,3933	1,06490	,00629
COOP08	0,3675	0,0166	0,3562	0,2597	,50182	-,40631
COOP09	0,3355	0,0347	0,3386	0,2912	,70946	,31976
COOP10	0,4988	0,0065	0,4947	0,0000	-,74921	-1,56331
COOP11	0,5765	0,0645	0,2099	0,1491	-,64841	2,12740
COOP12	0,3307	0,0252	0,3637	0,2804	,70105	-,15677
COOP13	0,5312	0,0105	0,4583	0,0000	-,87708	-1,20762
COOP14	0,5109	0,0210	0,1794	0,2887	,02422	,80169
COOP15	0,8119	0,0264	0,1617	0,0000	-1,97737	1,11596
COOP16	0,6145	0,0102	0,3753	0,0000	-1,20160	-,72090
COOP17	0,5251	0,0144	0,1492	0,3113	,03620	,75358
COOP18	0,3348	0,0056	0,5684	0,0891	,14462	-2,04514

Fonte: Elaborada pelos Autores, 2020

Com base nos fatores gerados ($FAC1_1$ e $FAC2_1$) elabora-se o ranking tomando como critério a soma ponderada e ordenamento, com a geração de uma nova variável criada a partir do produto dos valores de cada fator pelos respectivos percentuais de variância compartilhada pelas variáveis originais, conforme tabela *Extraction Sums of Squared Loadings*.

Criou-se assim uma variável *ranking* para o Ano de 2018 e 2019, determinada pelas seguintes equações:

Tabela 14 – Variável Ranking Ano 2018

COOPERATIVA	Índices Ano 2018			Índices Ano 2019		
	FAC1 ₁	FAC2 ₁	RANKING	FAC1 ₁	FAC2 ₁	RANKING
COOP01	-,94251	1,10669	-,01	1,61465	-,28955	,61
COOP02	1,28912	-,93751	,23	-1,47581	-,23941	-,76
COOP03	,15096	,42555	,23	-,06333	,55869	,19
COOP04	-,46388	,42299	-,05	,60621	-,15934	,21
COOP05	-,59462	1,81132	,42	1,52679	,67998	,96
COOP06	-,01101	,37218	,14	,06288	,42500	,20
COOP07	-,25775	1,00346	,27	1,06490	,00629	,48
COOP08	-,55996	,32343	-,13	,50182	-,40631	,07
COOP09	-,41367	,49862	,00	,70946	,31976	,45
COOP10	-,49675	-1,43890	-,78	-,74921	-1,56331	-,95
COOP11	2,61163	,04751	1,22	-,64841	2,12740	,55
COOP12	-,34451	,58050	,07	,70105	-,15677	,25
COOP13	-,77201	-1,52689	-,94	-,87708	-1,20762	-,87
COOP14	,70161	,43791	,49	,02422	,80169	,33
COOP15	1,33880	-,97821	,24	-1,97737	1,11596	-,45
COOP16	-1,05108	-1,60247	-1,10	-1,20160	-,72090	-,83
COOP17	,93704	,48519	,62	,03620	,75358	,31
COOP18	-1,12140	-1,03135	-,91	,14462	-2,04514	-,74

Fonte: Elaborada pelos Autores, 2020

Da aplicação da ACP considerando os principais componentes da distribuição da riqueza gerada obteve-se o ranking o qual apresenta-se de forma ordenada do maior para o menor valor da variável, que indica assim aquela que maior distribuição realizou. Na tabela 15 está evidenciado o ranking para os anos de 2018 e 2019.

Em que pese o ranking das cooperativas conforme tabela 15, cabe observar que a pesquisa aponta que o componente de maior distribuição de riqueza com base na DVA o de distribuição ao Pessoal estabelecido pela variável CP1, essa é uma informação importante para os colaboradores.

Tabela 15 – Posicionamento Ranking par os anos 2018 e 2019

COOPERATIVA	Ranking 2018	Ranking 2019	COOPERATIVA	Ranking 2018	Ranking 2019
COOP11	1,22	0,96	COOP12	0,07	0,20
COOP17	0,62	0,61	COOP09	0,00	0,19
COOP14	0,49	0,55	COOP01	-0,01	0,07
COOP05	0,42	0,48	COOP04	-0,05	-0,45
COOP07	0,27	0,45	COOP08	-0,13	-0,74
COOP15	0,24	0,33	COOP10	-0,78	-0,76
COOP02	0,23	0,31	COOP18	-0,91	-0,83
COOP03	0,23	0,25	COOP13	-0,94	-0,87
COOP06	0,14	0,21	COOP16	-1,10	-0,95

Fonte: Elaborada pelos Autores, 2020

Em que pese o ranking das cooperativas conforme tabela 15, cabe observar que a pesquisa aponta que o componente de maior distribuição de riqueza com base na DVA o de distribuição ao Pessoal estabelecido pela variável CP1, essa é uma informação importante para os colaboradores.

Pesquisa realizada por Londero, Stanzani e Santos (2019) que também mensuraram, a partir da DVA, a participação de empregados, governo, terceiros e capital próprio no valor adicionado em cooperativas agropecuárias brasileiras aponta também que empregados tiveram a maior participação na riqueza distribuída, cujos resultados estão apresentados na tabela 16 a seguir:

Tabela 16 – Participação no valor adicionado em cooperativas agropecuárias

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Empregados	36,35%	33,89%	34,54%	34,55%	34,83%	36,00%	33,64%
Governo	21,38%	23,14%	20,69%	20,12%	19,19%	19,18%	19,17%
Terceiros	23,34%	21,54%	22,72%	21,42%	21,83%	25,07%	27,70%
Capital próprio	19,92%	21,43%	22,05%	23,91%	24,16%	19,75%	19,49%

Fonte: elaborada pelos autores, 2024

Observa-se que a participação de empregados foi a que apresentou maiores percentuais na distribuição da riqueza o que corrobora com os obtidos pela presente pesquisa.

Os resultados da pesquisa realizada sobre a riqueza gerada pelas cooperativas de crédito que atuam no Centro Oeste Brasileiro a partir da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) evidencia a importância da elaboração e divulgação dessa demonstração contábil.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa com base na análise da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) como indicador de geração e distribuição de riquezas em um recorte temporal dos anos de 2017 a 2019 das cooperativas de crédito do Centro-Oeste Brasileiro leva a concluir que de fato existe a geração e riqueza bem como estas distribuem suas riquezas nos seus principais componentes e que não necessariamente aquela que possui maior valor agregado é a que mais distribui a riqueza. Fato este que pode ser observado no desempenho da COOP12 relativo ao período analisado. Em geração de riqueza a referida entidade teve números crescentes e foi a primeira em montante. Entretanto, após a análise das variáveis da amostra, seu posicionamento no Ranking de 2019 alcançou o oitavo lugar. A cooperativa de crédito que atingiu o primeiro lugar no Ranking de 2018 foi a COOP11, o que denota a uma melhor distribuição de suas riquezas. Porém, se fosse apenas observado o montante de valor adicionado gerado por ela, muito provavelmente os cooperados e possíveis cooperados escolheriam outra entidade para se associar.

Outro aspecto que deve ser considerado e suscita novos estudos é analisar a ótica de quem interessa a distribuição da riqueza gerada. O componente de maior relevância encontrado neste estudo, foi o de distribuição ao Pessoal estabelecido pela variável, CP1, essa é uma informação importante para os colaboradores. Talvez tenha nesse posicionamento um conflito de agência, uma vez que as remunerações são definidas pelos gerentes e não pelos cooperados.

Para o cooperado que é parte da entidade o principal interesse seria a distribuição das sobras, a maximização dos lucros e diminuição de taxas, portanto a DVA é o instrumento que evidencia a sua geração em relação ao total da riqueza gerada.

Portanto, faz-se necessário, senão de forma obrigatória, mas voluntariamente, a publicação das DVAs por parte das cooperativas como forma de transparência, segurança e objetividade para que um potencial cooperado sinta-se seguro em fazer parte desse tipo de negócio.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Maria T. P. GRECCO, Maria C. P. FORMIGONI, Henrique. MENDONÇA NETO, Otávio R. de. A Adoção no Brasil de Normas Internacionais de Contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. In: **Revista de Economia e Relações Internacionais**. Uberlândia. v.10. n. 20, p.5-19, 2012.

BASTOS, Alexandre M. A Importância da Educação em uma Cultura Cooperativista. In: BRASIL. Banco Central do Brasil. Diversos Autores. **Cooperativismo de Crédito: boas práticas no Brasil e no Mundo. Farol Estratégia de Comunicação**. Banco Central do Brasil. Brasília, 2016

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. **Cooperativismo e Ramo de Crédito no Brasil**. Banco Central do Brasil. Brasília, 2016

RELATÓRIO de economia bancária. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/Documents/reb/boxesreb2020/boxe_6_crescimento_cooperativas.PDF. Acesso em: 23 mar. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado**. Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG09\(R1\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG09(R1).pdf) . Acesso em: 24 abr. 2023.

NBC TG 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis. Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG26\(R5\)%20_rev19.pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG26(R5)%20_rev19.pdf) Acesso em 24 abr. 2023.

COSTA, Edgar G. MELO, Alfredo A. De O. Governança Corporativa: conflitos em agências cooperativas de crédito mineira. In: **Revista Gestão e Planejamento**. Salvador. v.18, p. 386-409, jan/dez. 2017

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; RIBEIRO, Maisa de Souza; SANTOS, Arioaldo dos. A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 16, n. 37. 2005

FÁVERO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patrícia. **Análise de Dados: Técnicas Multivariadas Exploratórias com SPSS e STATA**. Elsevier Editora, 2015.

HAIR, Jr; BLACK, W. C; BABIN, B. J; ANDERSON, R. E e TATHAM, R. L. **Multivariate Data Analysis** 6. ed. Upper Saddle River, NJ: Pearson Prentice Hall, 2006.

LONDERO, Paola R. **Demonstração de Valor Adicionado como Instrumento de Evidenciação do Impacto Econômico e Social das Cooperativas**. Dissertação. Universidade de São Paulo-USP – Ribeirão Preto – SP, jun. 2015

STANZANI, Livia M.L.; SANTOS, Ariovaldo dos. Uma análise da contribuição econômica e social das cooperativas agropecuárias brasileiras pela Demonstração do Valor Adicionado. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade – REPEC**, Brasília, v. 13, n.3, art.4, p, 291-309, jul/set. 2019. Doi: <http://dx.doi.org/10.17524/repec.v13i3.2149>

MELLO, Luiz F de. ROOVER, Suliani, FERREIRA, Denise D. M. FERREIRA, Luís F. Demonstração de Valor Adicionado: um estudo sobre a destinação da riqueza nas regiões brasileiras. In: **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**. São Paulo. v.7. n.2. p.68-92, 2017

MINGOTI, Sueli Aparecida **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada**. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 300 p.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do Valor Adicionado: como o elaborar e analisar a DVA**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SCHNEIDER, Edson P. **Cooperativismo de Crédito: organização sistêmica, ênfase no sistema SICREDI**. Dissertação. UFRGS. Porto Alegre. 2006. 230 p.

SILVA, Renato T. da. **O Cooperativismo de Crédito e seus Reflexos no Desenvolvimento Local: estudo de caso da cooperativa SICOOB COCRED**. Dissertação. Centro Universitário de Franca. Franca-SP.2015.130 p.

SOUZA, Jacyara de; MOURA-LEITE, Rosamaria Cox; PEREIRA, Mateus Wermeson Gomes; ARANHA, José A. Moura; SPEJO, Márcia M. dos Santos Bortolucci. **Fatores Determinantes na Criação de Valores de Cooperativas Agropecuárias**. 2017. FACEF Pesquisa: Desenvolvimento e Gestão, v.24, n.1. jan-abr.2021

ZIMNOCH, Krystyna. MAZUR, Barbara. **Value Added as a Measure of Social Role of Cooperatives**. In: Eurasian Journal of Business and Management. 2018.

Contribuições de autoria

1 – Jose Aparecido Moura Aranha

Professor Adjunto na Escola de Administração e Negócios - ESAN da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Su. - UFMS

<https://orcid.org/0000-0002-6219-5304> - jaranha@terra.com.br

Contribuição:

Como citar este artigo

ARANHA, J. A. M. Cooperativas de crédito do centro-oeste brasileiro: qual a riqueza gerada e distribuída? **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, Santa Maria, v. 11, n. 21, e86318, 2024. DOI 10.5902/2359043286318. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2359043286318>.